

# “GAROTAS DE PROGRAMA MOSTRAM O CAMINHO”: REMODELANDO O DEBATE SOBRE O TRÁFICO PELA PERSPECTIVA DAS PROFISSIONAIS DO SEXO

Nandinee Bandyopadhyay<sup>1</sup>

## Resumo

O texto trata de quebrar os mitos em torno do tráfico e a prostituição a partir da análise de alguns depoimentos de prostitutas indianas que escolheram a prostituição como um caminho alternativo a exploração do trabalho, busca analisar o tráfico na perspectiva dos traficados. Analisa as alternativas utilizadas pelas mulheres para saírem da situação de traficadas e suas demandas de segurança e autonomia no trabalho. Trás uma crítica a ação dos “salvadores” que em sua prática violam seus direitos ao tirá-las de suas casas e locais de trabalho e muitas vezes as insultam e abusam delas fisicamente durante a busca para depois levá-las a instituições para infratores e delinquentes, em um processo não muito diferente ao tráfico.

Palavras chave: prostituição. Tráfico de Mulheres. Cidadania. Autonomia

## Abstract

The text tears the myths about the traffic and prostitution through the analysis of some testimonies of Indian prostitutes that choose prostitution as an alternative way to work exploration. It analyses the traffic in the perspective of the trafficated and the alternatives used by women to step out of the situation of trafficated and their demands of security and autonomy in work. It brings a critic of the action of “saviors” that in their practice violate their rights as they take them from their houses and work premises and many times insult and abuse them physically during the search to take them after to institutions of infractors, in a process not very different from the traffic.

**Key Words:** prostitution. Traffic of women. Citizenship. Autonomy.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora e militante feminista indiana. Nasceu em Bangalore, no sul da Índia, em 1952, e possui mestrado em Serviço Social. Atualmente é pesquisadora associada no Hauser Center for Nonprofit Organisations at Harvard University. Também é oficial do programa da Fundação Ford. Autora de vários livros dentre os quais: *Women's Empowerment in South Asia: Concepts and Practices*; *Transnational civil society: an introduction*, em coautoria com Lloyd David Brown; e *Status of rural women in Karnataka*. Esse texto é feito em coautoria com Swapna Gayen, Rama Debnath, Kajol Bose, Sikha Das, Geeta Das, M. Das, Manju Biswas, Pushpa Sarkar, Putul Singh, Rashoba Bibi, Rekha Mitra e Sudipta Biswas.

## 1 INTRODUÇÃO

O tráfico nacional e internacional de mulheres e crianças sofreu um aumento dramático na última década. Ao mesmo tempo, somos informadas do quanto cresceu o comprometimento e financiamento de ações antitráfico, tanto preventivas quanto punitivas. Para aceitar esses dois fatos como verdadeiros, também é preciso aceitar que deve haver algo errado com a definição de tráfico ou com a maneira que ele está sendo enfrentado. Apesar das chamadas na mídia sobre as centenas de homens do Terceiro Mundo que morrem em contêineres fechados que os levavam a fronteiras internacionais, ainda existe uma firme convicção de que os traficados são predominantemente mulheres e crianças. Afinal, o mais persistente de todos os mitos do tráfico diz que o destino do mesmo é a prostituição, que todas as prostitutas são mulheres e como nenhuma mulher escolhe deliberadamente ser prostituta, todas elas são traficadas.

Acredita-se que os “agravantes” de pobreza e desigualdade de gênero são a principal causa do tráfico. Além disso, supõe-se que quadrilhas organizadas de traficantes orquestram cuidadosamente todo o tráfico nacional e internacional. Sendo assim, assume-se que aquelas que são traficadas permanecem em uma eterna situação de não ter nenhum controle sobre suas vidas, a não ser que sejam resgatadas por agentes externos, preferencialmente por organizações não governamentais (ONGs) antitráfico... e a lista continua.

O problema com essas posições e contextos não é só que eles estejam mal direcionados. Eles falham ao examinar as experiências daquelas que foram vítimas do tráfico do mercado de trabalho todos estes os anos e negam a elas qualquer possibilidade de autonomia ou agenciamento. Isso termina por bani-las para o silencioso e cruel mundo das vítimas. Para entender as realidades do tráfico do ponto de vista dos traficados, esse artigo reconta as histórias de algumas mulheres que agora trabalham na indústria do sexo. Também examinará brevemente os caminhos utilizados pela Durbar, um fórum organizado de profissionais do sexo sediado em West Bengal, Índia, para intervir no debate sobre o tráfico e oferecer modos alternativos de se pensar a questão.

## 2 PRIMEIRO: AS HISTÓRIAS

### 2.1 A HISTÓRIA DE SHOHAGI

Shohagi nasceu em uma família pobre em Murshidabad. Seus pais mal podiam prover o sustento da família, trabalhando como agricultores. Contudo, ela não se importava porque amava muito sua mãe e sua avó. Quando criança, ela adorava ir à escola e gostava de aprender a bordar com sua avó. Porém, quando ela completou 14 anos, seu pai a casou com um homem muito mais velho e com outras esposas. Sua única qualificação era não exigir nenhum dote. Embora Shohagi estivesse de coração partido por ter que deixar sua casa e seus colegas de escola e embora estivesse desapontada com seu pai pela escolha que ele fez, ela decidiu ser uma boa esposa. Para seu tormento, logo após ter se casado, ela descobriu que seu marido era extremamente violento. Ele regularmente batia nela e a deixava cheia de hematomas. Ele também sentia um grande prazer em ameaçar matá-la se ela ousasse protestar. Impossibilitada de suportar essa situação, Shohagi retornou à casa de seus pais. Seu pai e seus irmãos mais velhos ficaram lívidos com a afronta que ela fez ao rejeitar o marido que eles escolheram. Eles ameaçavam matá-la quando ela se recusou a voltar para seu marido, pois sua rebeldia traria desonra à família. Sua mãe e avó tentaram interceder a seu favor, mas foram ignoradas.

Então Shohagi fugiu de casa. Ao se abrigar em uma estação de ônibus, ela encontrou uma senhora que ouviu sua história com pesar e compaixão. Ela se ofereceu para levar Shohagi para Calcutá e encontrar um trabalho para ela como empregada doméstica. Após uma longa e confusa jornada, elas chegaram a uma populosa vizinhança em Calcutá. Era noite, as ruas eram estreitas e mal iluminadas, com casarões deteriorados e muitos homens transitando. A acompanhante de Shohagi a levou para uma sala e sussurrou algo a uma mulher estonteante que, após uma breve discussão, deu algum dinheiro à senhora e empurrou Shohagi para um pequeno quarto. Cansada da sua jornada, Shohagi adormeceu.

Na manhã seguinte, Shohagi acordou e viu duas ou três jovens que a rodeavam curiosamente. As moças responderam aos nervosos questionamentos de Shohagi, explicando que aquilo era um bordel. Elas explicaram pacientemente o que se esperava de Shohagi. Ela ficou chocada. Implorou à responsável que a poupasse e a deixasse ir. A mesma respondeu que havia investido dinheiro nela e não podia liberá-la até que ela recuperasse essa quantia. Contudo, ela permitiu que Shohagi fizesse os trabalhos domésticos no bordel até que ela se acostumasse com a ideia de trabalhar como profissional do sexo.

Durante o primeiro mês, quando Shohagi ficou no bordel fazendo os serviços domésticos, a perspectiva do trabalho com o sexo perdeu seu horror inicial. Mesmo sendo tão jovem, ela já havia iniciado sua vida sexual através de seu marido e frequentemente tinha relações sexuais com ele contra sua vontade. No bordel, ela descobriu que as profissionais tinham voz ativa em relação a seus clientes, podendo até recusá-los. Além disso, elas eram pagas para isso. Os clientes pagavam à cafetina, o que supostamente era o retorno do investimento feito nas moças e sua manutenção. Mas, se os clientes ficassem satisfeitos com a profissional, eles pagavam a ela dinheiro extra, que ela podia guardar consigo. Enquanto varria o bordel, ela analisava suas opções. Dada a sua situação, trabalhar no bordel parecia menos perigoso do que a violência que a esperava em casa. Logo após isso, Shohagi, com quase 15 anos, começou a trabalhar como *chhukri*, uma profissional do sexo agenciada. Ela trabalhou duro e economizou muito, determinada a sair do agenciamento e se tornar independente.

Um ano depois, Shohagi fugiu do bordel. Ela se abrigou com uma outra profissional do sexo que ela conheceu em um rali de protesto organizado pela Durbar. Sua cafetina a descobriu e veio até ela para que ela pagasse seu débito. As profissionais do sexo da região se uniram e persuadiram a cafetina a deixar Shohagi em paz, dizendo que ela já havia lucrado o suficiente com Shohagi e ameaçando-a caso ela assediasse Shohagi novamente. Shohagi alugou um quarto na área das profissionais do sexo e começou a trabalhar como profissional independente. Pensou em sua mãe e em sua avó e até lhes mandou dinheiro e presentes, mas nunca cogitou voltar para casa. Ela ainda tem o quarto alugado e ainda trabalha como profissional do sexo – já faz dez anos que ela fugiu.

## 2.2 A HISTÓRIA DE JHARNA

Jharna morava em uma vila em Bangladesh e vivia feliz com sua tia e seu tio, que a criaram desde que seu pai e sua mãe morreram. Ela passeava com seus amigos, subia em árvores e nadava no rio. Contudo, ao saber que seus familiares tinham arranjado seu casamento, ela se rebelou. O homem que eles haviam escolhido era muito mais velho e Jharna já amava um garoto que partiu da vila para buscar riquezas pela Índia. Uma senhora da vizinhança sugeriu que ela fugisse de casa e garantiu a Jharna que a ajudaria a encontrar o homem que ela amava. Jharna estava decidida a encontrar seu amor e fugiu de casa com essa mulher, cruzou o rio Padma e atravessou a fronteira com destino à Índia. Após ficar com a mulher por alguns dias, Jharna começou a pressioná-la para que a levasse ao homem que amava. Então a mulher a levou a uma outra jornada, dessa vez para uma área de prostituição em Calcutá. A mulher levou Jharna a Meera, a cafetina local, que pagou à mulher e contratou a menina como *chhukri*. Assim começou a vida de Jharna como profissional do sexo.

Alguns meses depois, Meera levou Jharna para Bombaim e a colocou em outro bordel. Naquela mesma noite, o bordel foi revistado pela polícia. Enquanto Jharna se sentava sem conseguir dormir, pensando no seu futuro, os policiais arrombaram a porta do bordel e a chutaram para fora. Ela foi empurrada para dentro de uma van da polícia, junto com muitas outras profissionais do sexo, e foi levada para uma instituição para infratores. Neste local, ela e as outras mulheres sofriam constantes abusos. As assistentes sociais a alertaram que ela só seria autorizada a deixar a instituição se promettesse desistir de ser uma profissional do sexo e aceitasse um pacote de reabilitação oferecido pelo governo. Jharna estava pronta para aceitar a proposta e sair dali, mas o governo ainda tinha uma condição: a não ser que os responsáveis viessem buscá-la, Jharna não poderia sair da instituição. Jharna estava com um grande problema. Ela não havia dito que era de Bangladesh, porque isso traria problemas burocráticos. Mas como ela encontraria pessoas que pudessem ser responsáveis por ela? Neste momento, Meera, sua primeira cafetina, veio em seu auxílio.

Meera subornou as autoridades de instituição e levou Jharna de volta a Calcutá, dessa vez para trabalhar com outra cafetina, Parul.

Por um ano, Jharna trabalhou duro para pagar seu débito com Meera. Tudo o que ela ganhava ia para Meera e Parul. Para fugir da armadilha do débito e para encontrar o amor mais uma vez, Jharna fugiu do bordel com um cliente de quem gostava. Ela viveu com ele por um tempo, mas não conseguia tolerar as investidas sexuais do pai dele. Então ela o deixou e voltou à indústria do sexo, trabalhando como *adhiya*, profissional do sexo que divide os lucros em partes iguais com a cafetina. Com o dinheiro que economizou e com a ajuda de uma amiga, ela finalmente conseguiu alugar um quarto em uma área de prostituição mais barata. Ela diz que, embora nunca tenha achado o amor que tanto procurou, ela é feliz com o fato de que agora ela é a sua própria cafetina.

### 2.3 A HISTÓRIA DE MADHABI

Quando era adolescente, Madhabi se apaixonou por um parente distante, Mukul. Contudo, a família não aprovava essa relação. Quando seus pais insistiram para que ela terminasse o seu relacionamento com Mukul, Madhabi fugiu com ele. Eles alugaram um quarto nos subúrbios de Calcutá e começaram uma vida juntos. Mukul não tinha renda nem capacitação para trabalhar na cidade. Eles conseguiram sobreviver aos dois primeiros meses vendendo as jóias de Madhabi.

Um dia, Mukul saiu de casa para procurar emprego e não retornou. Dois dias depois os amigos de Mukul apareceram para levar Madhabi a um hospital onde Mukul estava internado após sofrer um acidente sério. Depois de viajar por mais de uma hora de ônibus e trem, Madhabi se viu em uma rua estranha: “como isso pode ser um hospital?”, ela disse. Ela nunca tinha visto tantas mulheres na rua, com roupas tão brilhantes e falando tão alto. Como ela hesitou, os amigos de Mukul a arrastaram até as escadas de um prédio próximo. De repente ela ouviu uma voz atrás dela, que pediu para que os homens parassem. Sem que os amigos de Mukul soubessem, as ativistas da Durbar os seguiram desde sua chegada à área de prostituição, porque acharam que seus movimentos eram suspeitos.

Madhabi foi levada ao escritório da Durbar para acompanhamento e apoio. As outras voluntárias encontraram Mukul espiando o bordel para o qual Madhabi seria levada e encaminhou ele e seus amigos à polícia. Após um breve diálogo, o oficial de serviço pediu às mulheres da Durbar que entregassem Mukul e Madhabi para que eles pudessem registrar um caso de tráfico contra Mukul. Eles disseram que sem a custódia de Madhabi o caso não poderia ser registrado. As ativistas retornaram ao escritório da Durbar e o debate começou.

O que era debatido era o futuro de Madhabi. Ela deveria ser entregue à polícia para que Mukul fosse punido? Ou ela deveria ter o poder de decidir? Os membros do Durbar sabiam que colocar Madhabi sob a custódia da polícia seria, indiretamente, forçá-la à indústria do sexo. Quando uma mulher traficada é resgatada da indústria do sexo, a polícia a leva para uma instituição para infratores. Essas instituições são conhecidas por sua corrupção e por suas ligações não oficiais com donas de bordel. A Durbar sabia que as cafetinas tinham um esquema para pegar as mulheres de volta ao subornar os responsáveis pelas instituições. Depois disso, elas inflacionam a quantia que as mulheres têm que lhe pagar e as fazem trabalhar sem receber pagamento. Além dessa questão, a Durbar crê que o processo de transição da custódia policial para a judicial e para instituições para infratores não só é longo, mas também perigoso. A polícia, bem como os funcionários das instituições, provavelmente não a tratariam com dignidade e poderiam até se aproveitar dela sexualmente. Ao final de um processo como esse, suas já restritas opções ficaram reduzidas a nenhuma.

### **3 DESAFIANDO AS ASSOCIAÇÕES ENTRE A POBREZA E O TRÁFICO**

Enquanto os membros do Durbar debatem sobre o que será feito com Madhabi, vamos olhar para o que dizem essas histórias. Essas e outras tantas histórias contadas no decorrer dessa recente pesquisa indicam que, ao contrário da crença popular, a pobreza em si não leva necessariamente ao tráfico. A pobreza e a falta de oportunidade de sobrevivência podem e fazem com que as pessoas migrem. Das 60 profissionais do sexo

entrevistadas, a maioria veio de núcleos familiares muito pobres, onde elas tiveram pouca ou nenhuma educação ou treinamento profissional. Contudo, na maioria dos casos elas saíram de casa por escolha própria, em busca de uma vida melhor, fugindo de pais ou maridos violentos ou das drogas, ou à procura do amor. Depois de decidir deixar suas casas, muitas das mulheres procuraram informação sobre possíveis empregos com vizinhos ou parentes que a elas pareciam mais informados sobre o mundo. Essas foram as pessoas que as levaram aos futuros empregadores e lucraram com isso, fossem eles donos de bordel ou de pequenas fábricas ou empresas que contratam pessoas para a indústria de construção. Em todos os níveis, existe uma cadeia de indivíduos que desempenham diferentes funções, desde os que ajudam imigrantes sem documentação a atravessar a fronteira ilegalmente até os que as apresentam aos setores empregatícios em potencial. Essa cadeia foi o que levou à indústria do sexo, muito mais do que o processo de ser comandada e controlada por uma quadrilha organizada de traficantes.

Algumas das mulheres escolheram se tornar profissionais do sexo quando deixaram suas casas, descobrindo a indústria através de vizinhas que tinham trabalhado como profissionais do sexo e utilizaram os serviços dos mesmos agentes para chegarem às cidades. Outras foram enganadas e empregadas por cafetinas quando pensavam que fariam outro trabalho. Só uma mulher disse que foi levada à força, quando criança, da sua escola em Uttar Pradesh por um grupo de quatro homens para Calcutá. Ironicamente, um dos policiais que a resgatou dos traficantes foi um dos homens que a levou a Calcutá e a vendeu a um bordel.

Nem todas as mulheres foram levadas para a indústria do sexo logo após saírem de casa ou serem traficadas. Algumas das mulheres foram contratadas para realizar serviços domésticos e poucas em fábricas pequenas e informais, onde elas recebiam pouco ou nenhum salário; sofreram abuso físico, verbal e, às vezes, assédio sexual e eram dispensadas quando ameaçavam protestar. Algumas, é claro, foram diretamente trazidas às áreas de prostituição e vendidas às donas de bordel, do mesmo modo que aconteceu com as outras, só que posteriormente.

Um grande número de mulheres disse que deixavam suas casas em busca de amor, sonhos românticos e promessas de casamento. Foram os namorados em quem elas confiavam que as apresentaram à indústria do sexo – às vezes após um breve período de



vida conjugal. Muitas das mulheres nunca mais viram os homens com quem deixaram suas casas, depois que eles foram pagos pela cafetina, enquanto alguns dos homens ainda ficaram próximos por algum tempo, vivendo da renda dessas mulheres.

A maioria das mulheres que vieram para a indústria do sexo permaneceu nela, mesmo quando tiveram oportunidade de voltar para suas vidas anteriores.

Ao se procurar a razão para esse fato, descobriu-se que, ao contrário do que muitos acreditam, a coação das cafetinas ou de outros controladores da indústria do sexo não foi um motivo determinante para a sua permanência. Elas não retornavam por medo do estigma relacionado às profissionais do sexo e da rejeição social. Porque se tornaram profissionais do sexo, elas temiam que seus pais, parentes ou vizinhos não as aceitassem de volta ou, mesmo que os pais as aceitassem, as vizinhas as boicotariam. Criadas como “boas filhas”, elas se preocupavam mais em proteger seus pais e familiares do que a elas mesmas. Uma outra razão importante é que a indústria do sexo fornece a elas uma renda que sustenta a elas, seus filhos e suas famílias. Muitas não quiseram voltar para casa porque temiam a violência de seus maridos.

O estudo também ajudou a esclarecer um outro ponto sobre o tráfico: o discurso dominante diz que uma mulher traficada está condenada para sempre, presa na armadilha de ser vítima, sem direitos e sem nunca mais assumir o controle de sua vida. A experiência das mulheres entrevistadas mostrou que ser traficada é uma fase temporária e reversível na vida de uma pessoa. Quando a pesquisa foi feita, nenhuma das mulheres vítimas do tráfico continuava com a mesma cafetina para a qual foram vendidas.

O que possibilitou a essas profissionais do sexo sair da situação de traficadas? A ajuda de suas companheiras de trabalho, especialmente das mais experientes, foi o fator mais importante e citado pelas entrevistadas como o que as levou a sair da situação de traficadas. Essas companheiras providenciavam conselhos, coragem, empréstimo e contatos com cafetinas mais amigáveis. Em alguns casos, os membros do Durbar atuaram como conselheiros e guias. Para algumas das entrevistadas, os clientes regulares foram em auxílio, oferecendo apoio moral e financeiro para conseguir espaços onde elas pudessem ser independentes.

Em alguns casos, a própria cafetina ajudou as entrevistadas a mudar a situação, encorajando-as a economizar. Em um dos casos, uma cafetina conseguiu fazer com que a entrevistada largasse o namorado com quem fugiu e que a tinha vendido. Em outro caso, a cafetina emprestou dinheiro para alugar um quarto em uma área de prostituição para que a entrevistada operasse independente. É claro que nem todas as cafetinas são assim tão generosas e justas. Muitas entrevistadas contaram que escaparam enquanto todos dormiam. Também nesses casos eram outras profissionais do sexo que providenciavam informações sobre contatos em outras áreas de prostituição. Em nenhum desses casos, as cafetinas ou outros gerentes se preocupavam em encontrar as profissionais desaparecidas.

Embora pessoas de fora, como colegas, amigos ou cafetinas, providenciassem o apoio e a ajuda prática, eram as entrevistadas que tinham que tomar a iniciativa e encontrar a convicção para tomar alguma atitude. Em nenhum caso, elas somente se submeteram à situação ou esperaram passivamente serem resgatadas. Seus próprios sentidos de agenciamento e determinação foram críticos para retomar o controle de suas vidas.

Quando perguntadas sobre o que precisa mudar para que as profissionais do sexo trabalhem em segurança e com autonomia, as profissionais nomeiam *hooligans* locais: a polícia, trabalhadores de partidos políticos em nível local e as cafetinas que as exploram e oprimem. Elas dizem que para as profissionais do sexo trabalhar com dignidade e segurança, mecanismos precisariam ser criados para impedir essas pessoas de ameaçá-las e explorá-las. Algumas mulheres mencionaram organizações de profissionais do sexo, como o Durbar, enquanto outras indicaram o Estado para intervir em favor das profissionais do sexo.

Quase todas as entrevistadas disseram que é o estigma social que torna a vida das profissionais do sexo vulnerável e sem segurança. Elas creem que a maneira de desestigmatizar a profissão é dar a ela o mesmo reconhecimento social e legal. Embora a maioria das mulheres não soubesse exatamente que direitos individuais elas ganhariam como trabalhadoras, elas foram explícitas ao exigir um reconhecimento ideológico da indústria do sexo como válida e legítima.

#### 4 O POSICIONAMENTO DA *DURBAR* A RESPEITO DO TRÁFICO E SUAS MEDIDAS CONTRA ELE

A *Durbar* vê o tráfico como resultado de um processo em que as pessoas são recrutadas e transportadas para dentro ou fora das fronteiras nacionais, com consentimento da transportada, e depois coagidas a realizar um “trabalho” contra a sua vontade. Como resultado elas perdem o controle sobre suas vidas. Como são ativistas pelos direitos dos profissionais do sexo, elas são contra o tráfico por muitas razões. O primeiro grupo de razões se refere ao objetivo do *Durbar* de salvaguardar os direitos e interesses das pessoas que participam na indústria do sexo. A *Durbar* vê essa profissão como um contrato de prestação de serviço, negociado entre adultos que concordam com ele. Em um contrato como este, não há coação nem decepção. A definição do tráfico seria envolver o emprego de mulheres e crianças, contra a sua vontade, através de força direta ou coação, violando seus direitos fundamentais ao domínio próprio e autonomia sobre seus corpos. A *Durbar* é persistente em proteger e promover direitos dos profissionais do sexo, protegendo-as de assédio policial, despejo forçado das profissionais por seus locatários ou máfia da construção, uso antiético de profissionais do sexo em pesquisa médica sem o consentimento delas e impedir que mais pessoas sejam traficadas para a indústria do sexo.

A *Durbar* afirma que para que a indústria do sexo seja estabelecida como uma profissão legítima, as pessoas que dela participam têm que acatar algumas regras não negociáveis. Duas questões fundamentais foram identificadas para basear essas normas: primeiro, toda mulher que entrar para a indústria do sexo deve ter atingido a maioridade, isto é, 18 anos ou mais; segundo, ela tem que declarar seu consentimento. Como o tráfico viola essas duas normas, a *Durbar* está determinada a eliminar esse modo de se recrutar pessoas. Além disso, a *Durbar* objetiva desassociar a indústria do sexo de todos os *links* criminais para limpar a imagem e eliminar intermediários ou agentes que lucrem com a indústria do sexo através da exploração das profissionais. Como o tráfico apresenta essas duas características, ele deve ser eliminado.

O segundo lote de argumentos que a *Durbar* apresenta é a necessidade de envolvimento direto por parte das profissionais do sexo em combater o tráfico. A *Durbar*

argumenta que nenhum nível de articulação e patrulha impediu o atravessamento de pessoas por fronteiras internacionais. Medidas tão rígidas só aumentam o risco de vida das traficadas, uma vez que esse fato obriga os traficantes a usarem rotas mais perigosas. Elas dizem também que nenhuma quantia de policiais do estado ou intervenção de assistentes sociais conseguiu controlar o tráfico interno. A Durbar acha que uma maneira efetiva de acabar com o tráfico, ao menos com o objetivo de levar mulheres e crianças para a indústria do sexo, seria assegurar que dentro da própria indústria do sexo nenhuma mulher traficada fosse contratada como profissional do sexo. Elas estão a caminho de conseguir seu objetivo, ao ajudar a desenvolver e reforçar essas normas, trabalhando diretamente com as profissionais do sexo para conseguir canais de comunicação eficientes, confidenciais e independentes e descobrir se as mulheres que chegam à área de prostituição foram ou não traficadas. A polícia ou assistentes sociais não poderiam dar esse tipo de informação.

A terceira razão é mais estratégica. Toda vez que as profissionais do sexo exigiram seus direitos, aqueles que veem a prostituição como um mal moral usaram a questão do tráfico como um grito pela abolição, silenciando as vozes das profissionais do sexo e seus direitos. Discursos contemporâneos sobre o tráfico são voltados para a mesma perspectiva anti-sexo e suas profissionais. A Durbar diz que, a não ser que se faça um espaço na arena pública para oferecer perspectivas alternativas para o tráfico, o foco atual dado a ele vai ser tomado pela campanha abolicionista dos direitos morais.

## **5 O QUE DEVE SER FEITO?**

Acabar com o tráfico na indústria do sexo exige medidas que assegurem que todos os donos e gerente de bordéis se aterão às normas que os proíbem de contratar mulheres traficadas como profissionais do sexo. A Durbar rejeita a ideia de operações de “busca e resgate” feitas pela polícia, por assistentes sociais e ONGs anti-tráfico. Esses “salvadores” nunca consultam as profissionais para saber o que elas querem, violam seus direitos ao tirá-las de suas casas e locais de trabalho e muitas vezes as insultam e abusam delas fisicamente durante a busca para depois levá-las a instituições para infratores e delinquentes, em um

processo não muito diferente ao tráfico. A “reabilitação” pode ser igualmente coerciva e criar condições para futuras explorações, uma vez que gerentes de bordel ou impostores aparecem como responsáveis por essas mulheres e depois extorquem dinheiro delas, fazendo-as trabalhar como escravas.

Para fazer uma diferença real dentro da prática do tráfico, a Durbar percebeu que elas teriam que formalizar seus esforços. Em 1999, elas estabeleceram quartéis autorreguláveis em três áreas de prostituição em Calcutá, com o objetivo de acabar com a exploração das profissionais do sexo pela indústria, através da criação de certas normas comerciais. Em 2002, esses quartéis já existiam em outras 19 áreas pela West Bengal. Cada quartel tem 10 membros, 6 profissionais do sexo e quatro outros que podem ser membros de clubes locais, advogadas e médicas, conselheiras locais ou membros do Panchayat, política local. Nesses quartéis montados em áreas de prostituição em Calcutá, ainda trabalham representantes do estado no Departamento do Bem Estar Social, da Comissão do Trabalho, da Comunidade Estadual da Mulher e da Comissão dos Direitos Humanos. Em alguns casos, trabalham ainda conhecidas assistentes sociais e mulheres ativistas.

Os quartéis servem para diminuir a violência contra as profissionais do sexo por parte de gerentes de bordéis, donos de quartos, cafetões, agressores locais e da polícia. Sevem também para estabelecer canais de informação com a área de prostituição, através dos quais os membros femininos dos quartéis podem monitorar se crianças ou adultas estão sendo traficadas para a indústria do sexo ou se alguém está sendo obrigada a trabalhar contra a vontade. Além disso, ajudam a identificar mulheres traficadas e encorajá-las a buscar ajuda nos próprios quartéis para sair dessa situação. Também providenciam acompanhamento pós-traumático e serviços de saúde. No caso de crianças, organizam a repartição, com membros do quartel as acompanhando a seus lares ou, se elas não quiserem voltar, a abrigos governamentais, sempre mantendo contato com elas para assegurar que elas não sejam estigmatizadas ou traficadas novamente.

O principal desafio que quartéis enfrentam é a falta de respaldo legal. Enquanto a lei é ambivalente a respeito da legalidade em receber dinheiro por serviços sexuais prestados, ela não reconhece o trabalho com o sexo como ocupação válida. Discursos sociais enquadram as profissionais do sexo como aberrações, associadas com o crime, a quem não pode ser confiada o bem estar de outras mulheres e crianças. Em busca de vencer esse

preconceito, a Durbar envolveu representantes do Estado nos quartéis para conseguir aprovação tática do Estado. Contudo, ainda existe um grau de desconforto entre a Durbar e o Estado, principalmente a polícia. Essas tensões são ainda mais óbvias e afiadas quando a Durbar se recusa a entregar pessoas resgatadas à polícia, como manda a lei.

## **6 RESTAURANDO O CONTROLE A MULHERES TRAFICADAS**

As pessoas sempre deixaram suas casas em busca de novas vidas, melhores oportunidades ou aventuras. Normas de gênero tradicionalmente rígidas e a falta de oportunidades sempre impediram as mulheres de explorar oportunidades. Devido às rápidas e radicais mudanças nos campos político, econômico e social ao redor do mundo, ao realinhamento de relações sociais e culturais e grandes mudanças no mercado de trabalho, mais e mais mulheres estão saindo de casa, procurando por oportunidades de uma vida melhor. A Durbar vê esse fato como positivo e até potencialmente transformador, que abre uma janela de oportunidades para desafiar desigualdades já existentes de gênero e classe. Como ativistas feministas, elas são totalmente contra qualquer medida que restrinja a mobilidade das mulheres para acabar com o tráfico. A Durbar defende que seu principal interesse é o de restaurar um grau de controle à traficada e não o de condenar o traficante, uma vez que isso é trabalho do Estado. Elas decidiram nunca entregar uma traficada à custódia da polícia só para acusar um traficante. Além disso, a experiência delas mostrou que o tráfico acontece com a ajuda de muitos agentes, geralmente sem conexão entre eles e muitos sendo relacionados às traficadas, como parentes ou amantes. Sendo assim, prendê-los e condená-los esporadicamente não faria um impacto muito grande. Em muitos casos, a Durbar estabeleceu relações de trabalho com a política local e cabeças da administração policial. Ainda assim, a Durbar continua a recuperar e repatriar as traficadas sem o conhecimento da polícia. Contudo, a questão é mais complicada quando a traficada vem de outro país. Intervir nessa questão pode ser uma ameaça para a Durbar, pois seu papel extraconstitucional pode ser usado contra ela se o Estado assim o desejar.

O outro desafio é mais prático. Enquanto as profissionais do sexo estão prontas para agir contra a exploração, os outros membros ainda estão pouco hesitantes. Os membros da Durbar sugerem que quartéis e comitês deveriam se aproximar da velocidade do pensamento e ação da Durbar contra o tráfico, para que não se perdessem no modo comum de “busca e resgate”, ou só procurar atividades de bem estar. Elas também sugeriram visita entre membros de comitês de diferentes áreas, para desenvolver um maior entendimento das questões envolvidas e um caráter mais institucional. A eficácia dos comitês também depende da confiança e do apoio das profissionais do sexo locais. Para ganhar a confiança delas e envolver profissionais de outros ramos mais ativamente, os quartéis autorreguláveis embarcaram em uma série de atividades de desenvolvimento nas áreas de prostituição. Isso inclui ajudar as profissionais do sexo a adquirir vale-alimentação, a ter acesso a programas de governo para necessitados, melhorar estradas, providenciar coleta de lixo, encanamento e saneamento básico, entre outros. Essas atividades trazem auxílio às profissionais do sexo, integram as profissionais de outros ramos e dá visibilidade e uma certa legitimação aos comitês. Através dessas atividades, a Durbar reitera as reivindicações das profissionais do sexo a serviços e benefícios aos quais elas têm direito como cidadãs.

As práticas e os posicionamentos das ONGs também são um desafio à intervenção das profissionais do sexo em relação ao tráfico. Por um lado, o conflito é ideológico. As profissionais do sexo e mulheres traficadas tomando a iniciativa para lidar com seus próprios problemas, mais atuantes que passivas, desafiam o papel convencional das ONGs e da classe média esclarecida de trabalhar em prol dos necessitados. Por outro lado, existe um imediato conflito de interesses. Se cada vez mais organizações de profissionais do sexo ganharem capacidade e confiança para implementar atividades antitráfico por conta própria, as ONGs gradualmente se tornariam redundantes. Na verdade, as reivindicações de profissionais do sexo e mulheres traficadas pelo direito à autodeterminação e autonomia representam um desafio ideológico não só para as ONGs anti-tráfico, mas também a todos os discursos que reduzem os marginalizados, principalmente mulheres, à condição de vítimas submissas das circunstâncias, desprovidas de ajuda humana, impossibilitadas de conduzir seu próprio destino e não ser que sejam “resgatadas” por pessoas benevolentes.

## 7 MUDANDO O ENQUADRAMENTO

Para superar esse desafio é preciso mudar o meio que as profissionais e a indústria do sexo são vistos. A Durbar foi a primeira a introduzir a palavra *jounokarmee* como a nomenclatura Bengali para profissionais do sexo, como forma de reivindicação de uma identidade como trabalhadoras. Enquanto os debates sobre a validação da indústria do sexo acontecem, bem como os de sua descriminalização, a palavra *jounokarmee* já se incorporou ao linguajar popular. Jornais locais, ingleses e bengalis, quase nunca usam outros termos, que seriam depreciativos, para as profissionais do sexo a não ser que o repórter quisesse deliberadamente depreciar o Movimento pelos Direitos das Profissionais do Sexo. Para que essa mudança no discurso tenha um impacto em práticas anti-tráfico e para que as profissionais do sexo sejam aceitas como iguais em fóruns anti-tráfico, onde elas possam desafiar efetivamente os grupos anti-profissionais do sexo e anti-direitos humanos que estão presentes nos discursos dominantes e que estabelecem suas próprias perspectivas e protegem seus próprios interesses, muito mais precisa ser feito.

Contudo, as histórias relatadas aqui nos contam que as profissionais do sexo, juntamente com organizações como a Durbar, podem mostrar maneiras de como grupos marginalizados de mulheres podem reivindicar direitos de cidadania. Para isso, basta expressar e atualizar suas demandas por autodeterminação e participação na esfera pública<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tradução de Evelyn Sá, revisão técnica de Cecilia Sardenberg.